

Congresso reabre com emendas à Constituição entre as prioridades

O Congresso Nacional inicia os trabalhos legislativos de 1992 nesta segunda-feira com uma pauta carregada. A campanha eleitoral para a sucessão nas prefeituras de mais de 4 mil municípios em todo o País deve influenciar o ritmo das atividades da Casa, mas não paralisá-la, segundo declarou o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), à agência Brasil. "Vamos compatibilizar o empenho da campanha com a governabilidade do País."

Entre os projetos considerados prioritários pelo governo neste início de ano legislativo estão duas emendas constitucionais — que tratam da modernização da economia e do ajuste fiscal — e quatro projetos de lei: o que cria a Secretaria de Governo, a ser ocupada pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC); o que trata das patentes industriais; o da desregulamentação dos portos; e o que normatiza a concessão de serviços públicos à iniciativa privada, de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e a ser objeto de um substitutivo do governo, informa



Jorge Bornhausen

o repórter Eduardo Hollanda.

A VOLTA DA CASA CIVIL

De iniciativa dos parlamentares, o senador Mauro Benevides enumera como projetos prioritários a Lei de Imprensa, a Lei Orgânica dos Partidos, o substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS), à Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e a emenda constitucional pela antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo.

Com o titular da Pasta já escolhido, a apreciação do

projeto que cria a Secretaria de Governo deve anteceder às demais prioridades do Congresso. O projeto faz parte da reforma ministerial deslançada por Collor em meados de janeiro, e, na prática, significa o ressurgimento da antiga Casa Civil, extinta em abril de 1990, relata a repórter Eugenia Lopes.

O anúncio da criação da Secretaria de Governo, há cerca de três semanas, tem provocado uma série de especulações em torno da perda de poder do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ao qual até hoje cabia exclusivamente a coordenação política de governo. E, realmente, o texto do projeto de lei reacende essa polêmica.

"A Secretaria de Governo tem a finalidade de assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições nos assuntos referentes ao acompanhamento de ações políticas governamentais e no relacionamento com os estados, o Distrito Federal e os municípios", informa o projeto, sem, em nenhum momento, especificar as atribuições do novo órgão

e, dessa forma, permitir a atuação de Bornhausen nas mesmas áreas do ministro Passarinho.

REFORMA MINISTERIAL

De acordo com o projeto de lei, serão criados 23 cargos em comissão para assessorar o ministro Bornhausen, que contará também com um secretário-executivo. Na área administrativa, a nova secretaria ficará vinculada à Secretaria Geral da Presidência, que está a cargo do embaixador Marcos Coimbra. O gabinete do ministro Bornhausen irá funcionar no quarto andar do Palácio do Planalto.

Com a formalização da criação da Secretaria de Governo, o presidente Collor pode estar encerrando a reforma ministerial iniciada há três semanas. Além de designar o pefelista Bornhausen para o novo cargo, Collor introduziu o PFL — o segundo maior partido no Congresso Nacional — no governo, entregando-lhe também dois outros ministérios (da Previdência Social e da Ação Social, e, assim, assegurar o apoio de, pelo menos, 40% dos votos parlamentares.